



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	13884.001062/00-83
<b>Recurso nº</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>3403-003.406 – 4ª Câmara / 3ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	12 de novembro de 2014
<b>Matéria</b>	IPI
<b>Recorrente</b>	GREEN POWER COMERCIAL LTDA
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI**

Ano-calendário: 1997

NULIDADE. MORA DA ADMINISTRAÇÃO.

A demora da administração em proferir o julgamento de primeira instância não implica nulidade do ato administrativo.

**INCLUSÃO DO DÉBITO LANÇADO DE OFÍCIO EM PARCELAMENTO.**

O CARF não possui competência para deferir o pedido de inclusão do débito lançado no auto de infração no parcelamento da Lei nº 11.941/2009, em face do disposto no art. 12 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6, de 2009.

Recurso Negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

(Assinado com certificado digital)

Antonio Carlos Atulim – Presidente e Relator.

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros Antonio Carlos Atulim, Alexandre Kern, Domingos de Sá Filho, Rosaldo Trevisan, Luiz Rogério Sawaya Batista e Ivan Allegretti.

## Relatório

Trata-se de auto de infração com ciência pessoal do contribuinte em 04/04/2000, lavrado para exigir o IPI, multa de ofício e juros de mora, em razão de falta de lançamento e de recolhimento do imposto nos períodos de apuração do ano calendário de 1997.

Segundo o termo de verificação fiscal (fls. 59/60), o contribuinte é equiparado a estabelecimento industrial nos termos do art. 9º, I do RIPI/82. No período compreendido entre janeiro e julho de 1997 o contribuinte deu saída aos capacidores elétricos de sua importação sem destacar o IPI nas notas fiscais. Já no período de agosto a dezembro de 1997, embora tenha destacado corretamente o imposto nas saídas, o recolhimento foi feito a menor.

Em sede de impugnação, alegou que não desconhece o direito da fazenda federal constituir os créditos tributários, mas reivindica o direito de compensação dos créditos existentes com os débitos apurados de ofício, a teor do art. 98 do RIPI/82.

Em diligência determinada pela DRJ (fls. 229/233), foi constatado que houve pagamento de IPI vinculado à importação no montante de R\$ 29.052,74 a ser utilizado no abatimento do imposto lançado de ofício. Informa a fiscalização que não foram localizadas as notas fiscais de entrada 861 e 107, motivo pelo qual esses créditos não foram desconsiderados.

Por meio do Acórdão 30.320, de 27 de julho de 2010, a 8ª Turma da DRJ Ribeirão Preto, julgou o lançamento procedente em parte e abateu do crédito tributário lançado de ofício o valor dos créditos aos quais o contribuinte tinha direito, homologando o resultado da diligência.

Regularmente notificado do Acórdão da DRJ em 24/09/2010 (fl. 496), o contribuinte apresentou recurso voluntário em 25/10/2010 (fl. 516). Insurgiu-se contra a demora na tramitação do processo. O art. 5º, LXXVIII, da CF/88 assegura a todos a razoável duração do processo. O art. 27 do Decreto 70.235/72 determina que o processo deve ser julgado em 30 dias. A demora de dez anos para prolação da decisão de primeira instância não é razoável e traz prejuízo ao contribuinte, pois os juros de mora continuam fluindo. Requeru a anulação dos atos decisórios proferidos contra o contribuinte em razão da mora da administração e a inclusão do débito no parcelamento da Lei nº 11.941/2009.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Antonio Carlos Atulim, relator.

O recurso preenche os requisitos formais de admissibilidade e, portanto, dele tomo conhecimento.

O auto de infração foi notificado ao contribuinte em abril de 2.000. Nesta data, a redação original do art. 27 do Decreto nº 70.235/72, que estabelecia prazo de 30 dias para julgamento dos processos, não estava mais vigente. Isto porque o art. 62 da Medida Provisória nº 1.602/1997 alterou sua redação nos seguintes termos:

*Art. 27. Os processos remetidos para apreciação da autoridade julgadora de primeira instância deverão ser qualificados e identificados, presentes as circunstâncias de crime contra a ordem tributária ou de elevado valor, este definido em ato do Ministro de Estado da Fazenda, e terão prioridade no julgamento. (Incluído pela Medida Provisória nº 1.602, de 1997)*

*Parágrafo único. Os processos serão julgados na ordem e nos prazos estabelecidos em ato do Secretário da Receita Federal, observada a prioridade de que trata o "caput" deste artigo. (Incluído pela Medida Provisória nº 1.602, de 1997)*

Portanto, ao contrário do alegado, este processo não está sujeito ao prazo de trinta dias para julgamento, pois ele nasceu depois da revogação do dispositivo legal.

Acrescente-se que mesmo que o art. 27 estivesse vigente em sua redação original, o descumprimento do prazo de 30 dias não era causa de nulidade de nenhum ato processual, pois não existia, como ainda não existe, nenhum dispositivo legal atribuindo essa consequência jurídica à mora da administração.

Relativamente ao pedido de inclusão do débito no parcelamento da Lei nº 11.941/2009, deixo de tomar conhecimento do pleito do contribuinte, pois a competência do CARF se limita a julgar recursos interpostos das decisões proferidas pelas Delegacias de Julgamento da Receita Federal.

O pedido de parcelamento relativo à Lei nº 11.941/2009 deveria ter sido protocolado pelo contribuinte por meio dos sítios da Receita Federal ou da Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme o caso, a teor do disposto no art. 12 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6, de 22 de julho de 2009.

Com esses fundamentos, voto no sentido de negar provimento ao recurso.

(Assinado com certificado digital)

Antonio Carlos Atulim